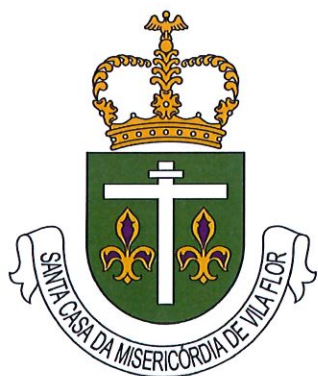


2023

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

www.misericordiavilafior.com





ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocatória

Em obediência ao disposto no artigo 22º, alínea b) n.º 2, dos Estatutos, convoco o Irmão para uma reunião ordinária da Assembleia Geral, no dia 27 de Março de 2024, às 19:30 horas, no **LAR NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS**, no **LARGO DO ROSSIO, 11**, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Apresentação do Relatório e Contas da Gerência de 2023;
- 2.º Semana Santa;
- 3.º Outros assuntos julgados de interesse pela Assembleia.

Se à hora marcada não estiverem a maioria dos Irmãos, a reunião iniciar-se-á às 20 horas com os Irmãos presentes.

Se algum Irmão desejar consultar qualquer documento para além dos enviados, deve dirigir-se à Secretaria dentro das horas de expediente.

Vila Flor, 11 de Março de 2024.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,

(Victor Manuel da Silva Costa)



[Handwritten signatures and initials]

CORPOS GERENTES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR PARA O QUADIÉNIO DE 2021 A 2024

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Victor Manuel da Silva Costa
Alexandre José Evaristo Trigo
Paulo José Gomes Praça

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Quintino Augusto Pimentel Gonçalves
Vice-Provedor: Victor Manuel Cortinhas Sil
Secretário: Rogério de Jesus Sanches Fernandes
Tesoureiro: António Júlio Martins Lapa
Vogal: Pedro José Sampaio de Barros

Suplentes: Joaquim João Gouveia Magalhães
Antero Luís Costa Teixeira
Emílio José Meireles Almendra
Octávio António Moura
António Duarte Pinhel

CONSELHO FISCAL

Presidente: Paulo José Arantes Conceição
António Manuel Carvalho Guilheiros
Tito Lívio Teixeira Almeida

Suplentes: António Manuel da Silva Roios
Teresa da Assunção Carvalho Silva Sousa
José António Félix Mesquita

Relatório de Gestão e Contas



RCG 2023

A SCMVF APRESENTA-SE HOJE COMO UMA INSTITUIÇÃO DE VANGUARDA NA ESFERA REGIONAL E NACIONAL

Como balanço, afirmaria que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, no ano de 2023, cumpriu os deveres que a sua matriz ideológica preconiza, designadamente o compromisso de responsabilidade, bem-estar e solidariedade para com a comunidade a que serve.

Considerando a componente legal e estatutária da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, apresenta-se à Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício do ano económico de 2023, para a respetiva apreciação e votação da Irmandade.

O Relatório tem como meta essencial explicar e apresentar à Irmandade, a saúde financeira da instituição, mas também apresentar de forma sucinta os 12 meses de trabalho social e de empenho de todos os quadros humanos e técnicos da nossa Instituição.

Desta forma apresenta-se o presente relatório enquanto instrumento que realiza uma análise coerente, assertiva e transparente para o desenvolvimento da nossa instituição, mas também para demonstrar à comunidade e mecenas as nossas ações em prol do cumprimento dos mandamentos da Misericórdia, mas também das orientações legais na componente social e educativa, assim como da dignidade humana.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor apresenta-se hoje como uma instituição de vanguarda na esfera regional e nacional,



procurando diariamente inovar e criar mecanismos de sustentabilidade que desenvolvam de forma ativa instrumentos de eficiência e eficácia económica e infraestrutural. Procuramos em cada decisão e em cada medida desenvolver metodologias de racionalidade económica, contudo sempre com um foco, no que já é intergeracional e secular na nossa instituição: a promoção da qualidade de vida de todos os utentes e salvaguardar as condições de trabalho digno dos nossos colaboradores. Ao nível da execução física e financeira implementaram-se padrões de economia regenerativa, tendo sempre como base a sustentabilidade de recursos humanos, técnicos, infraestruturais e financeiros. Ao nível da execução diária, em todos os sectores e valências, dinamizaram-se padrões de potencialidade de recursos e procurou-se diariamente o desenvolvimento de novas metodologias de eficiência, com vista à melhora do serviço prestado à comunidade. A título de exemplo, no final de 2023, a Misericórdia de Vila Flor terminou o procedimento de contratação pública de 5 viaturas elétricas para os serviços domiciliários e terminou as obras da ERPI Santa Maria Maria Madalena e Nossa Senhora da Lapa. Estes investimentos tiveram como objetivo elevar os padrões de qualidade de serviço, mas também de sustentabilidade, através da redução de custos ao nível da deslocação dos nossos serviços domiciliários, mas também na certificação energética dos nossos edifícios e na otimização de espaços e criação de novas áreas e lugares para utentes da Misericórdia. O ano de 2023, marcou também o investimento na aquisição de equipamento informático e aposta em tecnologia inovadora que visa potenciar as condições da Misericórdia de Vila Flor.

Apesar do investimento realizado, foi também um ano de pressão de tesouraria, nomeadamente com a fixação do ordenado mínimo em 760,00 euros o que contribuiu para o aumento do esforço de tesouraria, mas também do aumento do gás em combustíveis. A atual Guerra na Ucrânia e as imposições de Europa e Estados Unidos aos tratados comerciais repercutiram-se no aumento do gás canalizado para Europa, que é alimentado via Rússia. Simultaneamente as participações do Estado no âmbito da prestação de serviços que realizamos no sector social não sofreram qualquer aumento, o que se traduz num desfasamento negativo para os nossos saldos, obrigando a uma reinvenção diária para fazer face às despesas correntes e investimento. Apesar destes constrangimentos, prosseguimos com o investimento em todas as valências, tendo em 2023 a Misericórdia de Vila Flor crescido em número de utentes e colaboradores.

Após este prefácio, face ao essencial do presente documento, importa referir que, o ano de 2023 representou um espaço temporal em que realizamos um exercício financeiro positivo de **141.118,74€**. O resultado supramencionado demonstra assim a nossa adoção de políticas regenerativas de aplicação de modelos de gestão eficientes de prisma multidisciplinar e intergeracional. A Santa Casa da Misericórdia, fazendo jus à sua vocação secular, apoiou em 2023, através das suas respostas sociais e solidárias, as pessoas em situação mais frágil, procurando satisfazer as expectativas dos nossos utentes e respetivas famílias.

Promoveu também o desenvolvimento socioeconómico local, através da criação do emprego possível e absolutamente necessário à Instituição, com a importância que este fator releva no âmbito da economia social.





Como balanço, afirmaria que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, no ano de 2023, cumpriu os deveres que a sua matriz ideológica preconiza, designadamente o compromisso de responsabilidade, bem-estar e solidariedade para com a comunidade a que serve.

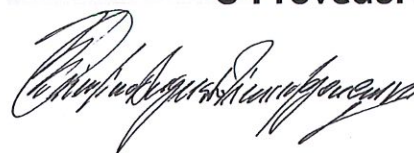
Consciente dos deveres da responsabilidade e solidariedade perante a sociedade, demos o nosso contributo para promover a inclusão, a estabilidade social, o desenvolvimento socioeconómico e a melhoria do bem-estar da população do concelho de Vila Flor.

Reforço que o conseguimos fazer, mantendo o esforço de uma equipa coesa e solidária, mas também na afirmação de uma Instituição que sempre nos soube apoiar e incentivar, desde os nossos colaboradores/funcionários até aos Irmãos e Irmãs, na procura do verdadeiro serviço a prestar ao cliente/utente e comunidade.

“A rotina não basta ao coração do homem. O grande desafio é, em cada dia, voltar a olhar tudo pela primeira vez, deslumbrando-se com a surpresa dos dias. É reconhecer que este instante que passa é a porta por onde entra a alegria.”

Tolentino Mendonça

O Provedor



Quintino Augusto Pimentel Gonçalves

Valores e Princípios Orientadores



Missão

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor é uma IPSS que tem como missão promover serviços no apoio à comunidade local e concelhia disponibilizando respostas sociais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e garantam a satisfação das suas necessidades.

Visão

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor pretende na sua intervenção: Assegurar a prestação de um serviço de qualidade; Alargar e criar respostas sociais; Ser uma IPSS de referência na implantação de respostas sociais que dignifiquem o ser humano.



Valores

A atividade desenvolvida pela Misericórdia de Vila Flor é centrada nos seguintes valores:

Humanização – Com respeito pela dignidade individual e o seu projeto de vida;

Igualdade – Promover a igualdade de oportunidades e a não discriminação;

Responsabilidade – Atuar de acordo com a missão de forma responsável assumindo os direitos/deveres;

Afetividade – Trabalhamos com/para pessoas, por isso é necessário um espaço de muitos afetos e ambiente acolhedor e de confiança;

Coesão/Cooperação – Valorizar o trabalho de equipa, entreatuda e atuar de forma dinâmica com utentes/família/comunidade;

Envolvimento – Das pessoas com motivação e formação;



Relatório de Atividades



Irmãos(as):

No sentido de reforçar os valores morais e sociais, melhorar a qualidade de vida e de acesso a bens e serviços, estimulando para uma cidadania inclusiva, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, em parceria com as diversas entidades locais desenvolveu atividades diversas.





Atividades Realizadas 2023

Principais Atividades Realizadas:



Janeiro

- Comemorações dos Reis nas diversas respostas sociais da Instituição;

Fevereiro

- Fevereiro – Mês dos Afetos – ERPI'S e Jardim de Infância.
- Comemorações do Carnaval nas diversas respostas sociais da Instituição;



Março

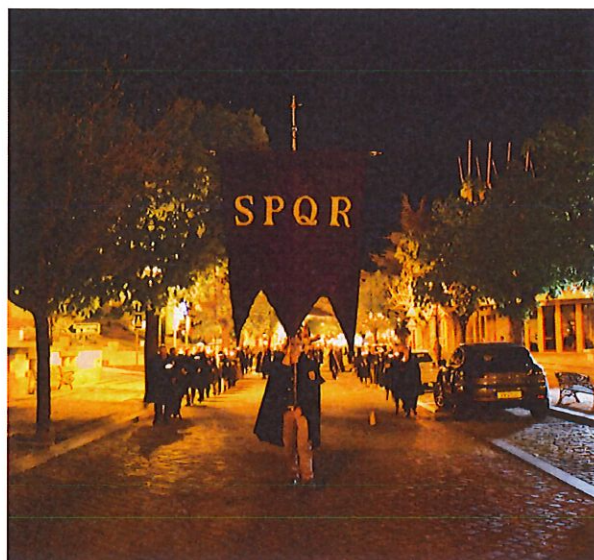
- Comemorações do Dia do Pai – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica e todos as responsáveis das ERPI'S, a fim de avaliar o funcionamento no 1.º Trimestre.
- Comemoração da chegada da Primavera e do Dia da Arvore nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Relatório e Contas da Gerência 2022 no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor durante o mês de Março, proporcionou às utentes das diversas respostas sociais “um dia no spa”, alusivo ao dia da mulher.





Abril

- Realização das Solenidades da Semana Santa.
- Toma de de Posse dos novos Irmãos.
- Participação na Assembleia Geral - UMP, no Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II, em Fátima.



Maio

- Comemorações do dia da Mãe nas diversas Respostas Sociais.
- Cerimónias de encerramento do Mês de Maria.





Junho

- Comemoração do Dia Mundial da Criança no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Comemoração dos Santos Populares nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica, responsáveis das ERPI'S e equipa de enfermagem, a fim de avaliar o funcionamento no 2.º Trimestre.
- A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor realizou no dia 16 de junho, um passeio ao Santuário de Santo Ambrósio em Macedo de Cavaleiros, para os utentes da Misericórdia de Vila Flor.
- A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor marcou presença no 14º Congresso Nacional das Misericórdias, que se realizou em Lisboa nos dias 1, 2 e 3 de Junho com o tema "Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro".





Julho

- Férias de Verão do CATL.
- Festa de Finalistas do Pré-Escolar e CATL.
- Idas às Piscinas Municipais com as crianças do Jardim de infância Flor de Liz.
- Passeio de Final de ano das crianças do Jardim de Infância Flor de Liz ao parque de diversões MAGIKLAND.
- Convívio de verão dos funcionários da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor na Quinta de Santo António.
- Visita a algumas das respostas sociais da Misericórdia de Vila Flor de um grupo de jovens peregrinos da Polónia, que vieram ao nosso País participar nas jornadas mundiais da juventude.





Agosto

- Passeios com os utentes das ERPI'S à descoberta da região.

Setembro

- Abertura do ano letivo 2023/2024 no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Reunião de Pais para a abertura do novo ano letivo e apresentação do tema do Projeto Pedagógico "A brincar vamos cuidar do Mundo".
- Vindimas na Quinta de Santo António.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica, responsáveis das ERPI'S e equipa de enfermagem, a fim de avaliar o funcionamento no 3.º Trimestre.
- Passeio do dia Mundial do Turismo com alguns utentes das ERPI'S.
- Participação na Assembleia Geral extraordinária - UMP, no Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II, em Fátima.



Outubro

- Comemoração do Dia Internacional do Idoso em parceria com o grupo Comcordas.
- Comemoração do Outono.
- Comemoração do Halloween - Jardim de Infância Flor de Liz e ERPI'S.
- VIII Semana da Alimentação.
- Participação na III Peregrinação Nacional das Misericórdias ao Santuário de Fátima.
- Visita da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, e inauguração das obras de beneficiação da ERPI Nossa Senhora da Lapa e a Unidade Móvel de Beleza.

Novembro

- Magusto – Jardim de Infância e ERPI'S.
- Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Plano de Atividades e Orçamento, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Comemoração do Dia Nacional do Pijama – Jardim de Infância de Liz.



Dezembro

- Ceia de Natal dos funcionários e funcionárias da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor. O evento serviu para reconhecer e homenagear a dedicação dos funcionários e funcionárias que completaram 20 e 25 anos de serviço na Instituição.
- Ceias de Natal das ERPI'S e Unidade de Cuidados Continuados.
- Distribuição cabazes de Natal no dia de consoada aos Utentes do Apoio Domiciliário.
- Concertos de Natal nas diversas Respostas Sociais.
- Realização do Vídeo de Mensagem de Natal da Instituição.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica, responsáveis das ERPI'S e equipa de enfermagem, a fim de avaliar o funcionamento no 4.º Trimestre.
- O Jardim de Infância "vestiu-se de Natal" para alegrar o dia dos meninos da Creche, Pré-Escolar e CATL.
- Participação na Assembleia Geral eleitoral - UMP, no Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II, em Fátima.



Intervenção Social

A - Idosos

A1 - ERPI

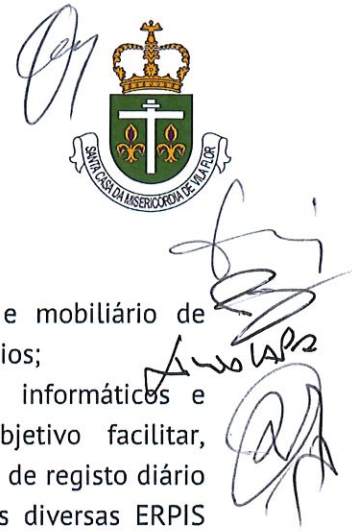
É do conhecimento de todos que a população do concelho de Vila Flor, à semelhança de outros concelhos do interior, tem progressivamente vindo a envelhecer, processo que corresponde a um aumento de esperança média de vida, resultado da melhoria da qualidade de vida dos avanços da medicina.

A população mais idosa carece de respostas com qualidade, que devem ser desenvolvidas na perspectiva do reconhecimento do direito de ser pessoa.

A Misericórdia de Vila Flor atenta a esta situação, tem tido como preocupação desenvolver serviços que apoiam o acesso aos cuidados necessários, ao bem-estar e à qualidade de vida. Temos a noção, face ao aumento da população mais idosa, ainda existe um número considerável de pessoas em condições de semi/dependência que não conseguem com a celeridade necessária respostas sociais adequadas à sua condição.

A Misericórdia de Vila Flor tem 6 ERPIS, Sra. da Lapa, D. Conceição Cabral, Sra. dos Remédios, S. Barbara, S. Pedro e S. Maria Madalena, em todas elas predomina uma atuação humanizada, personalizada, que tenta ir de encontro às necessidades reais e específicas de cada utente. Em todas elas desenvolvemos projetos diferenciados, de caráter terapêutico, cognitivo, lúdico-pedagógico e/ou sociocultural. Estas atividades, com diferente periodicidade (semanal, quinzenal, mensal), foram planeadas com diversos objetivos de ordem, psicológica e cognitiva.





As ERPIS da Misericórdia de Vila Flor, baseadas no espírito e cultura institucional das Misericórdias, tem por missão proporcionar aos seus utentes um ambiente familiar que contribua para a estabilização, autonomia e estimulação do envelhecimento ativo e integração social.

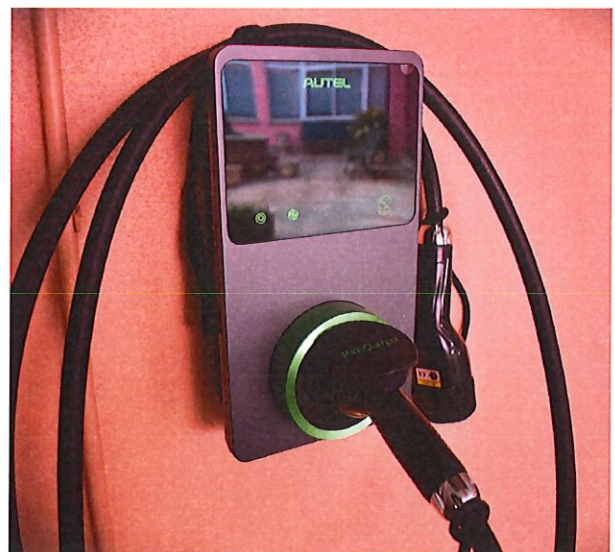
Continuamos a ter presente uma renovação integradora que permita ultrapassar as dificuldades diagnosticadas pelos técnicos e colaboradores da Misericórdia.

A manutenção destas estruturas tem um custo bastante elevado, o que exige uma atenção e intervenção constante.

Neste âmbito foram realizadas as seguintes intervenções no decorrer do ano 2023:

- No final de 2023 terminamos o procedimento de contratação pública das obras da ERPI Santa Maria Madalena e Nossa Senhora da Lapa. Estes investimentos tiveram como objetivo elevar os padrões de qualidade de serviço, certificação energética dos nossos edifícios, otimização de espaços e criação de novas áreas para utentes.
- Continuamos a intervir no sistema de iluminação, colocação de lâmpadas led, tendo em conta a economia de energia;
- Intervenções em novo equipamento no aquecimento central;
- Intervenções nas cozinhas e casas de banho, para um melhor funcionamento e qualidade na prestação de serviços;
- Intervenções no sistema de aquecimento, substituição de bombas e depósitos de 1500l de inox;
- Aquisição de três arcas de frio;
- Aquisição de máquinas industriais, três de lavar roupa, duas de lavar louça e uma de secar;

- Aquisição de equipamento e mobiliário de apoio aos utentes e funcionários;
- Aquisição de equipamentos informáticos e programas tendo como objetivo facilitar, organizar e melhorar a rotina de registo diário e trabalho em rede entre as diversas ERPIS entre médicos, enfermeiros e técnicos;



Intervenção Social

A2 - Unidade de Cuidados Continuados

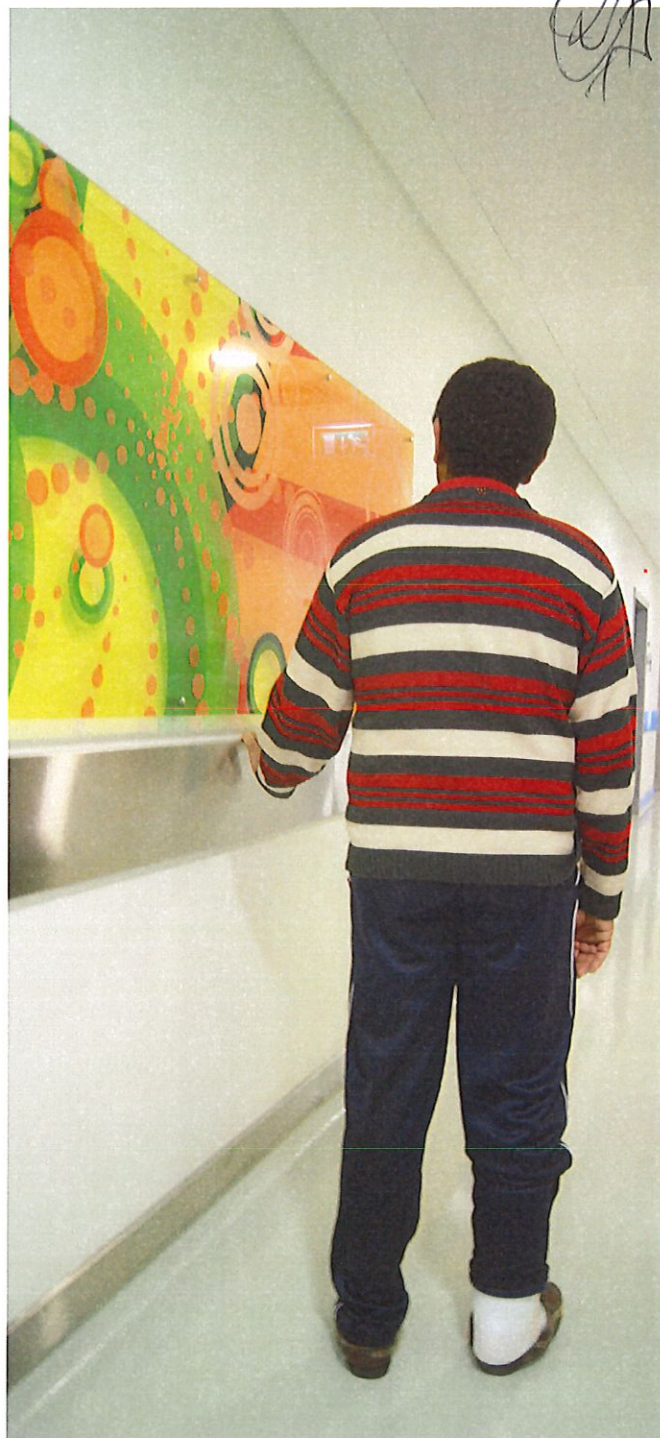


Este tipo de respostas promovem a continuidade de cuidados de forma integrada a pessoas em situação de dependência e com perda de autonomia.

Tem como finalidade criar um sistema integrado de serviço de saúde e de apoio social que capacitem os seus utentes no sentido da promoção da autonomia, prestando um novo modelo de cuidados que pretende reabilitar e informar os utentes, implica o trabalho integrado e pró-ativo de equipas de saúde e de apoio social com o envolvimento do utente e familiares/cuidadores informais, respeitando as suas necessidades e preferências.

Os cuidados continuados fundamentam-se numa gestão de caso onde são identificados os problemas mais complexos dos utentes com o objetivo de proporcionar os cuidados adequados a cada situação.

É uma unidade que exige durante o ano muito trabalho de manutenção e reforço de algum equipamento, nomeadamente informático, aquecimento e alteração de rede de oxigénio, rede de comunicações e emergência, mobiliário e equipamento de apoio aos utentes e funcionários.



Intervenção Social

A3 - Serviço de Apoio Domiciliário



Esta resposta visa garantir a satisfação das necessidades biopsicossociais e o bem-estar dos utentes, respeitando a sua permanência no domicílio e evitando/retardando a sua institucionalização. Esta resposta tem como objetivo combater a exclusão e o isolamento social das pessoas dependentes que não tem redes de suporte e/ ou relacionamento familiar, fomentando uma relação de proximidade entre serviço, utente e família.

Em cada ano tem sido sempre objetivo prestar o maior número de serviços, o que exige um maior número de recursos humanos, viaturas e equipamentos.

No final de 2023, a Misericórdia terminou o procedimento de contratação pública de 5 viaturas elétricas para os serviços domiciliários, bem como a entrada em funcionamento da unidade movel de beleza, estes investimentos tiveram como objetivo elevar os padrões de qualidade de serviço, sustentabilidade na redução de custos ao nível da deslocação dos nossos serviços.



Intervenção Social

B- Crianças

B1 - Jardim de Infância Flor de Liz



Esta resposta merece sempre uma grande atenção da nossa parte, funciona com uma equipa de profissionais qualificados, proporciona uma rotina as crianças, promovendo o seu desenvolvimento cognitivo e motor, através de atividades pedagógicas estimulantes e inovadoras adequadas a idade das crianças.

Este espaço foi pensado e organizado em função das crianças, adequado aos seus interesses e desenvolvimento.

Encontra-se em pleno funcionamento, ouve apenas intervenção de reajustamento em equipamento de águas quentes e equipamento informático.



Intervenção Social

C- Outras Respostas

C1 - Serviços Administrativos



Este setor responde a todas solicitações no âmbito administrativo, encontra-se em pleno funcionamento.

As exigências contabilísticas e administrativas são cada vez mais, continuamos a apostar numa atualização constante, em novas plataformas, novos programas e equipamentos informáticos, tendo em conta um maior controle na circulação de bens e serviços.



C2 - Armazém/Aprovisionamento

Este setor tem sido colocado a prova, escasso de oferta, aliado a uma inflação generalizada de preço, num mercado que não estava preparado, tem constituído um grande desafio no sentido de encontrar, por um lado, os produtos necessários e, por outro garantir o melhor preço de mercado.

Este setor merece uma grande atenção por parte da Mesa Administrativa, continuamos numa constante atualização em novos programas informáticos e equipamentos para colocação dos produtos de acordo com as regras e exigências.

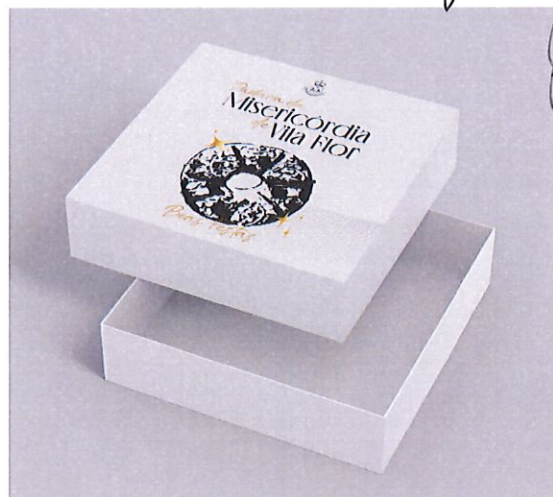


Intervenção Social

C3 - Padaria da Misericórdia

Continua em pleno funcionamento, com grande dinamismo e receptividade por parte de toda a população, embora o objetivo seja a produção e distribuição de pão para todas as respostas da nossa Instituição.

Foram realizados trabalhos de manutenção e aquisição de equipamento informático.



C4 - Farmácia da Misericórdia

Com a equipa de recursos humanos que fazem parte deste setor, tem funcionado em pleno com dinamismo.

Foram realizados trabalhos de manutenção e adquiriu-se novo equipamento informático.



FARMÁCIA DA MISERICÓRDIA
Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor

Intervenção Social



Handwritten signatures and initials, including 'Juliana' and 'CA'.

C5 - Quinta de Santo António e Sarilhas

Este setor serve de base para o cultivo de produtos, destinados na sua totalidade ao consumo nos setores da Misericórdia.

Continuamos a apostar no plantio de olival, arranque e plantio de nova vinha com novas castas, tendo em conta maior produção e qualidade.

Além de todos os gastos inerentes ao seu funcionamento, no sentido de rentabilizar novas produções adquirimos novas alfaias, carregador frontal com capacidade de elevação de 1800kg para apanha da azeitona e uma caixa para o trator.



C6 - Outro Património

A conservação do património rustico e urbano da nossa Entidade, merece-nos uma grande atenção, continuamos com uma política de restauro, mantendo o património atual e conservado.



Intervenção Social

C7 - Departamento de Comunicação



O gabinete de comunicação continuou a ser o garante da informação, da motivação, do posicionamento, do relacionamento institucional e do alcance comercial.

Ao longo do ano assegurou-se a comunicação, promoção e divulgação da imagem, dos produtos das respostas, dos serviços e das iniciativas da Misericórdia de Vila Flor, das suas unidades operacionais e dos seus parceiros.

Promovendo uma linha de continuidade, manteve-se como prioridade a aposta nos canais de comunicação digital e o reforço do relacionamento comercial.



Conclusão



A FORÇA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR RESIDE NA SUA CAPACIDADE, EXEMPLO DISSO SÃO OS NOSSOS COLABORADORES, O ROSTO DIÁRIO DESTA INSTITUIÇÃO, SÃO QUEM FAZ A DIFERENÇA.

“A busca da excelência na prestação dos serviços exigiu e exige de todos/as um desafio permanente ao profissionalismo e à capacidade de sacrifício a fim de se poder atingir o equilíbrio financeiro necessário e indispensável à sua sustentabilidade institucional..”

Num ano marcado pelo alívio das restrições, pelo regresso da guerra à Europa, pela inflação e pelo aumento dos desequilíbrios sociais, a nossa maior preocupação foi a sustentabilidade da nossa Instituição, foi um ano de contenção sem pôr em risco a nossa atividade e permitindo responder aos novos desafios. Continuamos a pensar que a força da Misericórdia de Vila Flor reside na sua capacidade, exemplo disso são as nossas colaboradoras/as são o rosto diário desta Instituição, são quem faz a diferença. Num mundo tão complexo com mensagens tão contraditórias que valorizam o ter sobre o ser, a aparência sobre a realidade, fingir mais do que se expor, vale apenas trilhar o percurso aparentemente mais difícil na busca da paz, do equilíbrio interior, da vida com afeto e da convivência carinhosa com todas as pessoas próximas.

A busca da excelência na prestação dos serviços exigiu e exige de todos/as um desafio permanente ao profissionalismo e à capacidade de sacrifício a fim de se poder atingir o equilíbrio financeiro necessário e indispensável à sua sustentabilidade institucional.

A todas Entidades e colaboradores a Mesa Administrativa agradece, nomeadamente a Segurança Social, A.R.S-Norte, U.L.S. de Bragança, Centro de Emprego de Mirandela, Autarquia Local, Paroquia, Serviços de Saúde Locais, Bombeiros, Escuteiros, Funcionários, Voluntários e à nossa União das Misericórdias.

Queremos deixar aqui um voto de pesar pelos nossos Irmãos já falecidos, um agradecimento aos Órgãos Sociais da Irmandade, aos Irmãos em geral e a quantos colaboraram na resolução de todos os problemas no ano de 2023.

Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2023, após o encerramento do período e até a elaboração do presente anexo não se registaram outros fatores suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Propõe-se que o resultado líquido do período, seja transferido para a conta (Resultados Transitados).

A MESA ADMINISTRATIVA

Quintino Augusto Pimentel Gonçalves

Victor Manuel Cortinhas Sil

Rogério de Jesus Sanches Fernandes

António Júlio Martins Lapa

Pedro José Sampaio de Barros



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

QUINTINO GONÇALVES

Provedor

Vila Flor, 8 de Março de 2024





Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, pessoa coletiva nº 500 746958, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, apontando-se a sua fundação para o segundo quartel do Séc. XVI tendo em conta um documento datado de 17 de Setembro de 1671. Tem a sede no Largo do Rossio, nº 11 em Vila Flor.

O registo definitivo dos Estatutos foi lavrado pela inscrição nº 08/85, a folhas 192 verso e 193, do livro nº1 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 08 de Abril de 1985, nos termos do nº 2, do artigo 13º, do Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria nº 778/83, de 23 de Julho.

Tem como principal vivacidade o apoio à terceira idade/infância, a fim de assegurar/auxiliar aos seus cerca de 500 utentes através das seguintes Respostas Sociais:

- Lar de Idosos;
- Infantário;
- Creche;
- A.T.L.;
- Centros de Dia;
- Apoio Domiciliário;
- Unidade de Apoio Integrado;
- Cantinas Sociais;
- Unidade de Cuidados Continuados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.



2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1- As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relatório Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto - Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto – Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de março, pelas Leis nos 66 - B/2012, de 31 de Dezembro, e 83 - C/2013, de 31 de Dezembro e pelo Decreto – Lei nº 98/2015, de 2 de Junho. Foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

2.3 - A mensuração e as políticas contabilísticas, adotados no final do período em análise, são comparáveis com os critérios utilizados na preparação das demonstrações financeiras dos anos anteriores.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relatório Financeiro - ENSL.

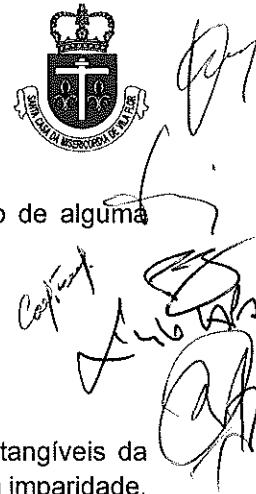
3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 40



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

3.5 Ativos e passivos financeiros

a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

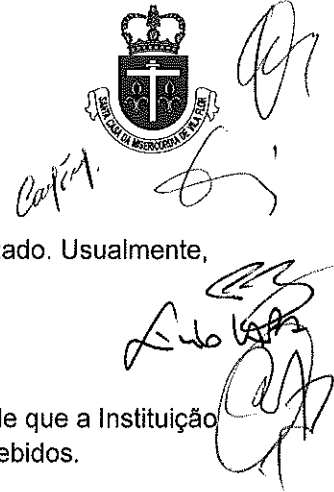
Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros



Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

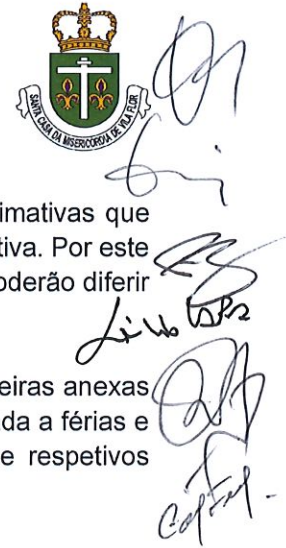
O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das



Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor

demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2023 relativos a 2022 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

3.9 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.10 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

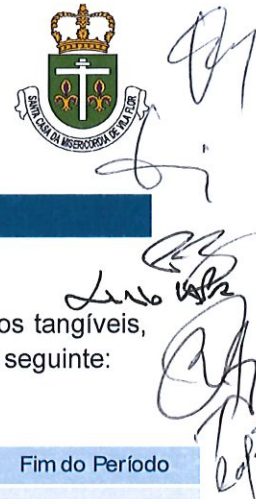
4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício, e não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

Alteração voluntária de políticas contabilísticas

Não houve ajustamentos nas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.



5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Início do Período	Aquisições	Alienações	Transf e Abates	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	93 294,75	0,00		0,00	93 294,75
Edifícios e outras Construções	8 893 015,27	0,00	0,00	695 199,15	9 588 214,42
Equipamento Básico	1 371 234,56	8 746,00	0,00	0,00	1 379 980,56
Equipamento de Transporte	669 087,89	0,00	0,00	0,00	669 087,89
Ferramentas e Utensílios	29 221,62	0,00	0,00	0,00	29 221,62
Equipamento Administrativo	1 155 568,30	63 597,41	0,00	-800,89	1 218 364,82
Outros Activos Fixos Tangíveis	103 617,13	13 271,00	0,00	0,00	116 888,13
Imobilizações em Curso	892 195,84	59 064,92	0,00	-695 199,15	256 061,61
Propriedades de Investimento	543 884,61	0,00	0,00	0,00	543 884,61
Totais	13 751 119,97	144 679,33	0,00	-800,89	13 894 998,41

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.



Valor b escriturado	Início do Período	Amortização do Período	Outras Alterações	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	8.138,57	1.609,33	0,00	9.747,90
Edifícios e outras Construções	4.151.062,56	148.414,49		4.299.477,05
Equipamento Básico	1.276.524,76	29.124,47	0,00	1.305.649,23
Equipamento de Transporte	707.016,81	9.194,97	0,00	716.211,78
Ferramentas e Utensílios	28.966,92	2.211,83	0,00	31.178,75
Equipamento Administrativo	1.094.330,44	27.523,82	0,00	1.121.854,26
Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	38.832,25	352,75	0,00	39.185,00
Totais	7.304.872,31	218.431,66	0,00	7.523.303,97

Não existem restrições de titularidade, nem ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	117.175,67		117.175,67	117.175,67		117.175,67
MP, subsidiárias e de consumo	63.014,12		63.014,12	66.921,80		66.921,80
	180.189,79	-	180.189,79	184.065,88	-	184.065,88



7 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

Disponibilidades						
Caixa	5.933,37	0,00	5.933,37	6.226,91	0,00	6.226,91
Depósitos À Ordem	911.345,76	0,00	911.345,76	834.710,96	0,00	834.710,96
Outos Dep Bancários	2.150.000,00	0,00	2.150.000,00	1.950.000,00	0,00	1.950.000,00
	3.067.279,13	0,00	3.067.279,13	2.790.937,87	0,00	2.790.937,87
Activos Financeiros ao custo amortizado						
Clientes e Utentes	264.610,31	0,00	264.610,31	255.435,57	0,00	255.435,57
Outras contas a Receber	323.012,20	0,00	323.012,20	423.663,75	0,00	423.663,75
	587.622,51	0,00	587.622,51	679.099,32	0,00	679.099,32
	3.654.901,64	0,00	3.654.901,64	3.470.037,19	0,00	3.470.037,19

A totalidade dos montantes de contas a receber são realizáveis no período de 12 meses, razão pela qual se apresentam no Ativo Corrente.

A Rubrica de "Outras contas a receber" apresenta a seguinte composição:

	Dez-2023	Dez-2022
Assistência Militares da Guarda	57,34	57,34
Serviços na Doença- PSP	805,92	805,92
ADMG-Assistencia à Doença	2.668,44	2.668,44
IASFA-Instituto de Acção Social	271,00	271,00
Administração de Saúde do Estado	25.655,65	25.655,65
Administração Regional de Saúde	44.441,48	48.942,74
Administração Regional Saúde-UCC	97.942,87	132.896,29
Centro Distrital de Bragança-UCC	18.592,51	55.186,19
Fundação Edp	0,00	109.102,18
Fundo rainha D. Leonor	0,00	0,00
Diversos (Farmácia)	23.474,81	42.164,69
Norte 2020	109.102,18	5.913,31
	323.012,20	423.663,75



8 FUNDOS PATRIMONIAIS

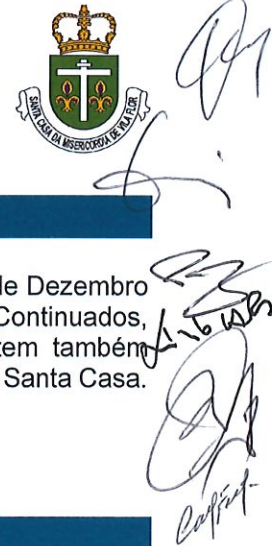
Fundos

A Instituição foi criada em 1927 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data.

Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido do ano anterior, no montante de **245.276€** foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Rubrica	dez/22	Transferências	Aumentos	Diminuições	dez/23
Fundos	430.870	0	0	0	430.870
Reservas	34.725	0	0	0	34.725
Resultados Transitados	7.054.202	245.276	0	0	7.299.478
Outras Variações Fundos Patrimoniais	1.717.086	0	0	51.819	1.665.267
Piddac	192.600	0	0	14.390	178.211
Centro de Cuidados Continuados	628.557	0	0	20.952	607.605
Centro de Saúde de Vila Flor	279.168	0	0	9.670	269.498
Fundo Rainha D. Leonor (Jardim Infância)	230.056	0	0	4.601	225.455
Instituto Emprego e Formação Profissional	14.131	0	0	393	13.739
lfap	38.078	0	0	1.813	36.264
Fundação EDP	0	0	0	0	0
Fundação PT – Donativo Apoio Viatura	0	0	0	0	0
Norte 2020-ERPI Nossa Senhora da Lapa	147.794	0	0	0	147.794
Norte 2020-ERPI- Santa Maria Madalena	99.202	0	0	0	99.202
PRR Aquisição Viaturas Elétricas	87.500	0	0	0	87.500
Resultado Líquido Exercício	245.276	0	0	104.157	141.119
Total	9.482.159	245.276	0	155.976	9.571.459



9 SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios recebidos do Governo e reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 referem-se, essencialmente, a apoios concedidos associados à Unidade de Cuidados Continuados, Centro de Saúde e Lar, revestindo a forma de Subsídios ao Investimento. A Instituição tem também reconhecidos Subsídios ao Investimento associados a Equipamento adquirido para utilização da Santa Casa.

10 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	109.718,17	125.408,44
	109.718,17	125.408,44
Outros passivos financeiros		
Outras Contas a Pagar	522.513,76	453.681,70
	522.513,76	453.681,70
	632.231,93	579.090,14

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

	2023	2022
Remunerações a liquidar	522.513,76	453.681,70
diversos	0,00	0,00
Totais	522.513,76	453.681,70

O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2023, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2022.



11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2023 e em 2022 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	13.298,87	0,00	18.368,57
Imposto sobre o valor acrescentado	3.109,61	2.463,37	0,00	9.894,05
Contribuições para a segurança Social	0,00	64.854,04	0,00	61.880,23
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	488,19
	3.109,61	80.616,28	0,00	90.631,04

12 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Venda de bens	1.394.182,58	1.341.810,24
Prestações de serviços	2.920.752,85	2.752.716,65
	4.314.935,43	4.094.526,89

As prestações de serviços referem-se essencialmente a mensalidades recebidas dos utentes.



13 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios À Exploração	Quantias concedidas
	Entidade concedente	Total
1	Centro Regional de Segurança Social	1.800.022,23
2	Câmara Municipal de Vila Flor	36.683,72
3	Instituto do Emprego e Formação Profissional	4.247,73
5	IFAP, I.P.	6.559,11
6	Ifadap	0,00
7	POPH	0,00
9	Outras Entidades	11.622,22
10	Doações	90,00
		1.859.225,01

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de comparticipação nos serviços prestados de ação social.

A rubrica inclui também valores recebidos/a receber relativos a Estágios Profissionais, comparticipados pelo IEFP.



14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 tem o seguinte detalhe:

	2023	2022
Subcontratos-Exploração de Refeitórios	0,00	0,00
Trabalhos especializados	45.330,11	47.471,67
Publicidade e propaganda	2.030,12	651,90
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	1.305,00	94,10
Conservação e Reparação	142.545,76	137.753,77
Outros	5.274,52	16.255,57
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	9.920,34	10.178,79
Artigos para oferta	13.197,05	21.817,04
Outros	4.297,13	8.300,16
Electricidade	127.500,78	120.616,47
Combustíveis	298.239,37	300.014,36
Água	9.284,76	10.359,33
Outros	0,00	0,00
Deslocações e estadas	2.893,33	2.728,31
Rendas e alugueres	13.845,53	10.707,77
Comunicação	21.385,65	17.402,20
Seguros	17.004,80	17.198,94
Contencioso e notariado	1.299,83	595,24
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	1.019,90	34,51
Outros serviços	195.151,68	201.916,34
Outros	14.733,86	0,00
	926.259,52	924.096,47



15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Remunerações do Pessoal	2.609.734,79	2.419.188,39
Encargos sobre remunerações	580.663,48	537.944,24
Seguros de ac. Trabalho	43.919,51	41.503,66
Outros	230.484,50	193.930,29
	3.464.802,28	3.192.566,58

A rubrica "Outros" inclui o montante de Subsídio de Alimentação pago aos funcionários (valor de 178.433,82€ em 2023).

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2023 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2023)
Serviço de Apoio Domiciliário	7
Centro de Dia	9
Lar de Idosos	117
Jardim de Infância	19
Outras Atividades	64

16 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Activos fixos tangíveis	219.232,55	201.967,16
Activos intangíveis	0,00	0,00
	219.232,55	201.967,16



17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	31.911,29	53.303,04
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	34.375,72	39.877,31
Subsídios	51.818,58	59.127,46
Doações	840,03	18.520,21
Outros	27.693,18	35.032,86
	146.638,80	205.860,88

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios respeita à imputação dos Subsídios ao Investimento ao período, e na proporção das amortizações dos bens subsidiados.

18 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2023 e 2022 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Depósitos em instituições de crédito	32.923,12	1.250,97
Totais	32.923,12	1.250,97



19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Vila Flor, 08 de Março de 2024

O Contabilista Certificado

Carlos Manuel Soares Fernandes

A Mesa Administrativa

[Signature]
[Signature]
[Signature]
André Luís Martins APS
Pedro José Samfóris de Barros

Balanco

Balanco em 31 de Dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		31 Dez 2023	31 Dez 2022	
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		5.798.588,21	5.873.141,43	-1,27%
Bens do património histórico e cultural		5.681,13	5.681,13	0,00%
Propriedades de investimento		543.884,61	543.884,61	0,00%
Ativos intangíveis		31.474,50	5.398,50	483,02%
Investimentos financeiros		19.525,83	17.691,77	10,37%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		548,00	374,00	46,52%
		6.399.702,28	6.446.171,44	-0,72%
Ativo corrente				
Inventários		180.189,79	184.065,88	-2,11%
Clientes		264.610,31	255.435,57	3,59%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		3.109,61	0,00	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber		323.012,20	423.663,75	-23,76%
Diferimentos		55.230,23	51.913,32	6,39%
Outros ativos financeiros		0,00	89,60	-100,00%
Caixa e depósitos bancários		3.067.279,13	2.790.937,87	9,90%
		3.893.431,27	3.706.105,99	5,05%
Total do Ativo		10.293.133,55	10.152.277,43	1,39%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		430.870,22	430.870,22	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		34.724,83	34.724,83	0,00%
Resultados transitados		7.299.478,46	7.054.202,46	3,48%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.665.267,30	1.717.085,88	-3,02%
Resultado líquido do período		141.118,74	245.276,00	-42,47%
Total dos fundos patrimoniais		9.571.459,55	9.482.159,39	0,94%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		8.825,79	396,86	2.123,91%
		8.825,79	396,86	2.123,91%

Balança

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		31 Dez 2023	31 Dez 2022	
Passivo corrente				
Fornecedores		109.718,17	125.408,44	-12,51%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		80.616,28	90.631,04	-11,05%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		522.513,76	453.681,70	15,17%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		712.848,21	669.721,18	6,44%
Total do Passivo		721.674,00	670.118,04	7,69%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		10.293.133,55	10.152.277,43	1,39%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Carla Manuel Soares Tenreiro

A Mesa Administrativa

[Signature]

[Signature]

Rogério Fernandes

António Luís Martins VPS

Carlos José Sampaio de Barros

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2023	2022	
Vendas e serviços prestados		4.314.935,43	4.094.526,89	5,38%
Subsídios, doações e legados à exploração		1.859.225,01	1.768.489,74	5,13%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.584.751,64	-1.487.960,63	-6,50%
Fornecimentos e serviços externos		-926.259,52	-924.096,47	-0,23%
Gastos com o pessoal		-3.464.802,28	-3.192.566,58	-8,53%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		146.638,80	205.860,88	-28,77%
Outros gastos e perdas		-17.557,63	-18.261,64	3,86%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		327.428,17	445.992,19	-26,58%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-219.232,55	-201.967,16	-8,55%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		108.195,62	244.025,03	-55,66%
Juros e rendimentos similares obtidos		32.923,12	1.250,97	2.531,81
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		141.118,74	245.276,00	-42,47%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		141.118,74	245.276,00	-42,47%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Carla Paula Soares Fernandes

A Mesa Administrativa

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Demonstração dos Resultados por Funções

Valência: Todas || Do Mês: Abertura || Ao Mês: Regularizações

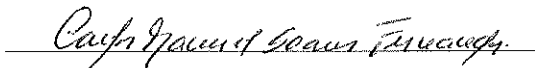
Período findo em 31 de Dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA (1)

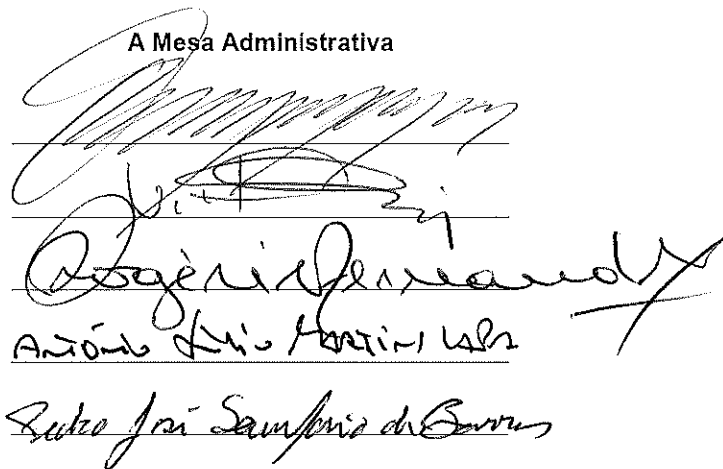
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2023	2022	
Vendas e serviços prestados		4.314.935,43	4.094.526,89	5,38%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-5.049.553,92	-4.680.527,21	-7,88%
Resultado bruto		-734.618,49	-586.000,32	-25,36%
Outros Rendimentos		2.038.786,93	1.975.601,59	3,20%
Gastos de distribuição		-122,99	-803,66	84,70%
Gastos administrativos		-1.145.369,08	-1.125.259,97	-1,79%
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00%
Outros gastos		-17.557,63	-18.261,64	3,86%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		141.118,74	245.276,00	-42,47%
Gastos de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		141.118,74	245.276,00	-42,47%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		141.118,74	245.276,00	-42,47%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2022

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Resultado líquido do período	Total	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	1.688.713,34	87.666,02			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		430.870,22	0,00	34.724,83	6.966.536,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.372,54	9.205.510,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	87.666,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-87.666,02	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	87.666,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-87.666,02	0,00
RESULTADO EXTENSIVO												
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO												
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO ANO 2022		430.870,22	0,00	34.724,83	7.054.202,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.717.085,88	245.276,00	9.482.159,39

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2023

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe

Descrição	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023		430.870,22	0,00	34.724,83	7.054.202,46	0,00	1.717.085,86	245.276,00	9.482.159,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-51.818,58	0,00	-51.818,58
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	245.276,00	0,00	0,00	-245.276,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
RESULTADO EXTENSIVO									
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO									
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO ANO 2023		430.870,22	0,00	34.724,83	7.299.478,46	0,00	1.665.267,30	141.118,74	9.571.459,55

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2023

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		2023	2022	
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		2.166.537,16	1.960.807,96	10,49%
Pagamentos de subsídios		84,72	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-2.761.134,02	-2.640.341,48	-4,57%
Pagamentos ao pessoal		-2.332.165,00	-2.104.892,39	-10,80%
Caixa gerada pelas operações		-2.926.677,14	-2.784.425,91	-5,11%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00%
Outros recebimentos/pagamentos		3.137.746,32	3.075.853,83	2,01%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		211.069,18	291.427,92	-27,57%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		7.008,33	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		31.723,96	31.446,31	0,88%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	87.500,00	-100,00%
Juros e rendimentos similares		-173.460,21	3.900,97	-4.546,59
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-134.727,92	122.847,28	-209,67%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00	0,00%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		76.341,26	414.275,20	-81,57%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa


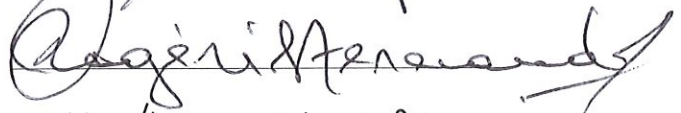
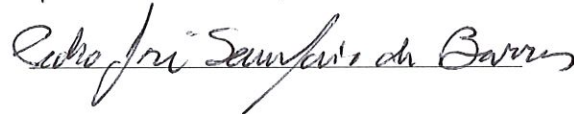
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2023	2022	Variância
Caixa e seus equivalentes no início de período		840.937,87	426.662,67	97,10%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		917.279,13	840.937,87	9,08%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



A Mesa Administrativa




PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2023

Aos oito dias do mês de Março de 2024, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, para emitir Parecer sobre o Relatório e Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, relativamente ao exercício de 2023.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, com a periodicidade possível, a atividade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, mediante a colaboração que lhe foi prestada pela Mesa Administrativa.

No âmbito das suas competências, após análise do Relatório e Contas de 2023, o Conselho Fiscal constata que:

1. O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor e dos seus resultados;
2. O Relatório da Mesa Administrativa é suficientemente esclarecedor da evolução da atividade económico-financeira da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor;
3. As Demonstrações Financeiras encontram-se elaboradas em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo, através do sistema de Normalização Contabilística.
4. As contas de 2023, foram auditadas e certificadas pela PKF & Associados - SROC, Lda., cuja a certificação legal de contas evidencia que as “Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, em 31 de Dezembro de 2023”;
5. Da apreciação geral, o Conselho Fiscal, dá nota do resultado líquido apresentado positivo de 141.118,74€ (cento e quarenta e um mil, cento e dezoito euros e setenta e quatro cêntimos);
6. A afetação do Resultado Líquido do Exercício à rubrica de Resultados Transitados;
7. Em Conclusão, o Conselho Fiscal emitiu o seu Parecer **FAVORÁVEL** para apreciação e votação do Relatório e Contas de 2023, pela Assembleia Geral.

Vila Flor, 08 de Março de 2024

O Conselho Fiscal

(Paulo José Arantes Conceição)

(António Manuel Carvalho Guilheiros)

(Tito Lívio Teixeira Almeida)



DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

PKF & Associados – SROC, Lda.

Avenida 5 de Outubro, nº 124 7º

1050-061 Lisboa

Vila Flor, 08 de março de 2024

Exmos. Senhores,

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame às Demonstrações Financeiras da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais evidenciam um total de balanço de 10.293.134 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 9.571.460 euros, incluindo um resultado líquido de 141.119 euros:

1. As demonstrações financeiras representam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Entidade, os resultados da sua atividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património da Entidade.
2. Os pressupostos significativos utilizados nas estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
3. Não temos conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2023, para além dos que foram divulgados no Anexo, que justifiquem ajustamentos nas demonstrações financeiras da Entidade relativas ao período então findo, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afectando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Entidade, os seus resultados e/ou as suas atividades.
4. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afectar as demonstrações financeiras.
5. Foram-vos facultados os livros de actas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade com reflexo nas contas e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respectivas actas, bem como


C. P. P.



[Handwritten signatures and initials]
J. U. U. U.
[Signature]
[Signature]

todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respectiva documentação relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

6. Foi-vos dado acesso sem restrições às pessoas da entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria.
7. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transacções ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transacções que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante a normal e razoável formação dos preços.
8. Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades envolvendo gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões ou à divulgação de passivos contingentes.
9. A Entidade cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
10. Confirmamos que procedemos a uma avaliação do risco das demonstrações financeiras conterem distorções materiais em resultado de fraude e acreditamos que o risco é baixo. Não temos conhecimento de quaisquer fraudes, alegações de fraude ou suspeitas de fraude que afetem a Entidade, envolvendo a Mesa Administrativa e empregados que desempenhem um papel significativo no controlo interno ou quaisquer outros onde a fraude pudesse ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras, nem temos conhecimento de qualquer situação desta natureza que afecte as demonstrações financeiras e que tenha sido comunicada por empregados, ex-empregados, analistas, reguladores ou outros.
11. Confirmamos que, para efeitos da prevenção e investigação de branqueamento de capitais, dispomos de um sistema de controlo interno adequado e os nossos empregados encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria. Até à presente data não ocorreram situações que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.
12. A Entidade é titular de todos os bens que integram o seu activo e todos eles estão isentos de quaisquer ónus ou encargos.
13. Todo o passivo da Entidade de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões

Capt. J. P. Silva

J. P. Silva
F. Sousa

existentes para lhes fazer face bem como os respectivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras.

14. Confirmamos que a Entidade (i) não entrou em acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares, (ii) não entrou em acordos visando a posterior reacquirição de bens vendidos até à data do balanço, (iii) não entrou em acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade da Entidade e (iv) não prestou garantias verbais e outros contratos tais como compromissos resultantes de contratos de futuros ou outros derivados que sejam realizados para outros efeitos que não o de cobertura de risco.
15. Fizemos uma avaliação cuidadosa da necessidade de constituição de provisões e excepto quanto às eventuais provisões registadas, não temos conhecimento de outras contingências que possam gerar encargos futuros para a Entidade.
16. Consideramos que o valor pelo qual se encontram registados os Inventários e as Contas a receber é inferior ao seu valor realizável líquido, determinados com base em critérios de análise e avaliação numa óptica comercial, pelo que não existe necessidade de reconhecer qualquer ajustamento por perda de imparidade para além dos que se encontram registados nas demonstrações financeiras.
17. É nossa convicção de que a participações financeiras que a Entidade detém representativas de partes de capital contabilizadas pelo método do custo não se encontram em imparidade, pelo que não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ajustamento ao valor da participação.
18. Não temos projetos ou intenções que de uma forma significativa possam afectar os saldos ou a classificação de activos ou passivos constantes das demonstrações financeiras. Confirmamos que a firma tem capacidade para continuar a deter os investimentos com características de longo prazo.
19. Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade.
20. Os prejuízos de eventuais sinistros que possam ocorrer e afectem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
21. Não é do nosso conhecimento a existência de qualquer impedimento ou limitação de natureza legal ou fiscal ao desenvolvimento da atividade da Entidade.
22. Todas as facturas/notas de débito emitidas e recebidas, com referência ao exercício de 2023, correspondem a proveitos e custos efectivamente ocorridos no exercício e com correspondência com a atividade desenvolvida.
23. Toda a documentação constante dos registos contabilísticos cumpre os requisitos legais.
24. Todos os movimentos registados ao longo do exercício correspondem a fluxos financeiros reais e autênticos, resultantes de operações legítimas efectuadas.
25. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e



contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos,

O Contabilista Certificado

Carla Raposo Soares Fernandes

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures of the administrative board members]

António de Vito Martins

Rodrigo Sá Pereira de Sousa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 10.293.134 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.571.460 euros, incluindo um resultado líquido de 141.119 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro n.º 124 7.º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €47.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 08 de março de 2024



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700 / CMVM n.º 20161310)

